



Chamada CNPq/Sescoop – Cooperativismo, Inclusão Produtiva, Povos Tradicionais e Distribuição de Renda no Campo¹

Coordenador: Prof. Dr. Mateus de Carvalho Reis Neves – Depto. Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa

Apresentadores:

1. Diego Neves de Sousa – Analista, Embrapa Pesca e Aquicultura
2. Ilzver de Matos Oliveira – Professor, Universidade Tiradentes
3. Mateus de Carvalho Reis Neves – Professor, Universidade Federal de Viçosa

Justificativa

O Cooperativismo será um dos temas abordados na atual edição do Congresso da SOBER. Além disso, neste ano inicia-se a divulgação dos resultados dos projetos financiados no âmbito da Chamada CNPq/Sescoop nº. 7/2018. Neste sentido, esta Sessão Organizada (SORG) é proposta visando contribuir para a discussão de um dos temas-chave do Congresso, bem como para a divulgação aos Soberianos de resultados de alguns dos trabalhos desenvolvidos no domínio da referida chamada. Os trabalhos apresentados são diversos em suas abordagens, mas tem em comum a análise do cooperativismo, suas influências e desafios no meio rural brasileiro. Os trabalhos abordam os desafios da inclusão produtiva dos agricultores familiares, incluindo o acesso de suas cooperativas ao mercado, a relevância do desenvolvimento do cooperativismo junto aos povos tradicionais e o efeito do cooperativismo na distribuição de renda. Entende-se que a Chamada CNPq/Sescoop nº. 7/2018 consolida a relevância conferida à pesquisa em cooperativismo pela importante organização de fomento deste setor, o Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), e pelo principal órgão de representação nacional, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Estes trabalhos são relevantes para a representação do setor cooperativista, que pode utilizar-se dos resultados destes estudos para mostrar a importância da participação das cooperativas no desenvolvimento de populações inteiras e, assim, justificar o apoio a investimentos em educação, formação e apoio para o progresso do cooperativismo.

¹ Os apresentadores agradecem ao apoio do Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop para a realização desta Sessão Organizada. Os trabalhos apresentados foram financiados pela Chamada CNPq/Sescoop nº. 7/2018.



1. Inclusão produtiva, mercados e políticas públicas para os agricultores familiares e suas cooperativas no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas

Introdução e objetivo

A partir do reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social, produtiva e política, diversas políticas públicas foram formuladas com o intuito de garantir sua reprodução social e, sobretudo, consolidar seu papel de produtora de alimentos. Dentre as políticas mais relevantes estão as voltadas à inclusão produtiva. Esta temática ocupou lugar de destaque nos últimos anos na agenda política brasileira. O termo se tornou palavra de ordem para a ação do Estado e da própria sociedade civil organizada, como se fosse um "mantra" na retórica busca de soluções necessárias para os indivíduos "excluídos". No entanto, ele comporta significados distintos, fruto dos desacordos sobre o espaço de manobra e as alternativas que existem para aqueles que precisam ser incluídos. Com isso, as políticas públicas incorporaram a noção de inclusão produtiva e as contradições que ela suscita.

Não obstante, existem unidades familiares capitalizadas que se inserem competitivamente em diversas cadeias convencionais de commodities por meio da modernização tecnológica, embora esta opção esteja distante da realidade da maioria daqueles agricultores mais vulneráveis e que não conseguem se adaptar ao *treadmill* tecnológico promovido pela dinâmica dos mercados de commodities agrícolas.

Uma das alternativas a este público é a sua filiação em um empreendimento cooperativo que possibilite obter melhores resultados do que alcançaria no desempenho de uma atividade individual, compartilhando solidariamente os custos inerentes a qualquer empreendimento e os frutos do trabalho coletivo realizado. Acredita-se que através de um adequado funcionamento das cooperativas, esses indivíduos organizados podem ter as suas chances aumentadas de inserção nos mercados, assim como capacitar-se para se transformar em autênticos protagonistas do processo de desenvolvimento rural.

Com isso, a adequação das estratégias de inclusão produtiva à formação de “mercados viáveis” para diferentes grupos de agricultores e de suas cooperativas implica em importante desafio para os mediadores sociais. Estes são portadores de conhecimentos que podem contribuir na tradução de informações e de soluções inovadoras referentes às práticas dos agricultores e, assim, a partir do processo de intervenção sociotécnica, podem articular o acesso de políticas para a realidade de cada público beneficiário.

Diante da emergência e da novidade do tema inclusão produtiva nos estudos rurais, o objetivo geral deste estudo é analisar e comparar o referencial de inclusão produtiva que orienta as políticas públicas para a agricultura familiar frente às ideias e práticas desenvolvidas por mediadores sociais que intermediam o acesso a estas políticas para os agricultores familiares e suas organizações cooperativas no contexto do estado do Tocantins.



Metodologia da pesquisa

Os dados provêm de pesquisa documental e entrevistas com mediadores que atuam com os diferentes públicos da agricultura familiar. A pesquisa orientou-se pela abordagem cognitiva de análise de políticas públicas, a qual ofereceu as noções de narrativas (ROE, 1994; RADAELLI, 2006), discursos (SCHMIDT; RADAELLI, 2004) e referenciais (JOBERT; MULLER, 1987). Este aporte teórico focaliza as ideias e as argumentações dos atores sociais para a formulação das políticas públicas, considerando que suas interações resultam na produção de representações sobre os problemas sociais e respostas para os mesmos. Complementarmente, a abordagem da sociologia da tradução (CALLON, 1981, 1986; LATOUR, 2000) foi mobilizada para compreender os processos de tradução dos mediadores.

Conclusões

Dentre os resultados, constata-se que, apesar da mudança no “referencial” das políticas governamentais com vistas a incorporar a noção de inclusão produtiva, este não coincide, na maioria das vezes, com as ideias e práticas dos mediadores envolvidos nos processos de intervenção sociotécnica (ou de tradução) junto aos diferentes grupos de agricultores familiares. Isto nos leva a afirmar a existência de inúmeras desconexões entre o referencial das políticas públicas e as ideias e práticas dos mediadores.

Verificou-se, ainda, dificuldades em identificar experiências inovadoras de alguma organização coletiva da agricultura familiar, pois está intrinsecamente relacionada ao baixo nível de organização social dos agricultores familiares. Fatores como falta de “cultura da cooperação”, ociosidade das estruturas de produção e disputa por poder entre os próprios agricultores foram os principais dilemas que impediram os mediadores a terem alguma referência das experiências. Por outro lado, evidenciou-se que os casos de sucesso envolveram o apoio do Estado e, sobretudo, uma rede sociotécnica de atores que atuam junto aos públicos da agricultura familiar. Cabe notar que os mediadores destacam o protagonismo do agricultor e prestam pouca atenção nas políticas públicas. A combinação de fatores favoráveis como o fortalecimento da organização social, o apoio de uma rede sociotécnica e de políticas públicas de desenvolvimento rural são preponderantes para a efetiva inclusão produtiva de agricultores. Isso torna as organizações coletivas exemplos de experiências inovadoras que buscam de algum modo criar e/ou construir formas alternativas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos em rede.

Outros fatores que impedem a inclusão produtiva de agricultores familiares é que no estado do Tocantins, ainda não tem registro de agricultor ou organização coletiva que tem certificado de produção orgânica ou agroecológica, conforme salientaram os mediadores. Em uma busca no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos também não foi identificado nenhum registro (BRASIL, 2019). Por isso, tem-se a necessidade de orientar corretamente o manejo dos agricultores para que se adequem à legislação como forma de serem reconhecidos por esta especificidade. A emergência desse debate também está relacionada à formulação da nova legislação estadual que rege a cadeia de produção agroecológica e orgânica.

Em relação aos mercados institucionais, no caso específico do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), observou-se que nos anos de 2010 a 2015 tal política tem contribuído mais



para o fortalecimento das associações em detrimento das cooperativas. Este argumento é justificado pelo fato de que foram executados 80 projetos pela Conab, tendo sido contempladas apenas 2% de cooperativas. Já as 98 % associações contempladas, em sua maior parte, são provenientes de projetos de assentamentos rurais que são exigidas por lei para que os beneficiários da reforma agrária possam receber as políticas governamentais que são de direito. Apesar das limitações, a criação do PAA motivou com que os agricultores se organizassem coletivamente, ainda que informalmente, e, assim, a buscarem atingir objetivos de cunho produtivo. Mas, mesmo assim, verificou-se que a minoria dos agricultores familiares teve acesso aos programas de aquisição de alimentos de forma coletiva. Além do problema relacionado ao baixo nível de organização produtiva, outros gargalos que dificultam o acesso ao PAA, no âmbito do estado do Tocantins, são a falta de estruturas mínimas de processamento de produtos e deficitária assistência técnica.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), os mediadores também advertem que existem dificuldades de comercialização diante do número reduzido de fornecedores provenientes de organizações coletivas da agricultura familiar. A justificativa apontada pelos mediadores quanto a limitação dos agricultores de se organizarem para entregar a produção planejada em determinada época é decorrente do fato de que o Tocantins possui condições climáticas adversas e muitos não têm acesso à irrigação. Tais entraves prejudicam o período da colheita e, como consequência, na entrega da produção em tempo hábil. Outra questão detalhada é que os agricultores não conseguem interagir com os demais no prazo para substituir algum produto ausente, a fim de evitar a falta de fornecimento para a escola. Assim, não é raro notar o quanto os agricultores deixam de cumprir os contratos com as escolas da rede estadual de ensino público por inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios e também por inadequadas condições higiênico-sanitárias.

Outra constatação é que as escolas, quase sempre, desejam efetivar a compra dos 30% de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, no entanto, o entrave está no preço desses produtos alimentícios, que são mais caros do que os de outros fornecedores. Isto é prejudicial porque o recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinado para as escolas públicas já é considerado baixo, precisando ser complementado com outras fontes de recursos. Com isso, a solução das diretoras das escolas recai na necessidade de comprar de fornecedores maiores e de atravessadores que conseguem ter preço mais competitivo.

Apesar dos avanços já galgados, para Grisa e Porto (2015), o maior desafio dos mercados institucionais é aproveitar a possibilidade de ser mais que uma política agrícola de comercialização, visto que tem contado com importantes efeitos sobre a inclusão produtiva, a organização social, a segurança alimentar e no fortalecimento das identidades sociais dos agricultores familiares em torno dos territórios em que estão inseridos, pois são esses elementos que atribuem novidades aos mercados institucionais.

Depreende-se, portanto, que o potencial dos mercados institucionais (ou das Compras Governamentais) para a inclusão produtiva dos agricultores familiares, segundo os entrevistados, está atrelado aos efeitos positivos proveniente do incentivo à organização coletiva e formal dos agricultores familiares, aumento da renda familiar, dinamização da



economia local, valorização dos produtos regionais, garantia de inserção em novos mercados e contribuições com a segurança alimentar dos beneficiários diretos (agricultores familiares) e indiretos (aqueles que recebem as doações dos gêneros alimentícios e que estão em situação de vulnerabilidade social). Por outro lado, os mediadores sinalizam que a burocracia e a baixa organização dos agricultores são as variáveis principais responsáveis pelas dificuldades de execução das políticas imersas nos mercados institucionais.

Em termos gerais, a ausência de organização coletiva que possa representar e articular ações de valorização cultural dos diferentes segmentos de agricultores familiares e de seus produtos territorializados, configura-se em perda de autonomia diante do regime dominante, na qual este expropria os agricultores como forma de consolidar a agricultura modernizante (MCMICHAEL, 2013). Isto explica a importância de se reconhecer as novidades e o conhecimento local que emergem da base dos agricultores familiares e, dessa forma, inserir as práticas transformadoras em produtos e serviços nos novos circuitos de comercialização, sobretudo, através de associações e cooperativas. Para tanto, é preciso que os mediadores conheçam as especificidades das sociedades cooperativas para que possam traduzir corretamente os princípios que as orientam no decorrer dos processos de intervenção. Diferentemente das organizações propriamente ditas empresariais, estas combinam objetivos empresariais e sociais articulados conjuntamente e requerem, em sua estrutura, uma relação mais participativa e dialógica junto aos públicos de interesse. Para que isso se concretize, a cooperativa necessita estar bem gerida, de tal modo que a gestão empresarial e a gestão social sejam complementares e imprescindíveis para cumprir com seus objetivos intrínsecos (AMODEO, 2006; SOUSA *et al.*, 2014).

Referências

- AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: AMODEO, N. B. P.; ALIMONDA, H. (org.). **Ruralidades: capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: Ed. UFV, 2006. p. 151-176.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2N2u7Xs>. Acesso em: 27 out. 2019.
- CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. **L'Année Sociologique**, Paris, n. 36, p. 169-208, 1986.
- CALLON, M. Pour une sociologie des controverses technologiques. **Fundamenta Scientiae**, Strasbourg, v. 2, p. 381-399, 1981. Grisa e Porto (2015)
- JOBERT, B; MULLER, P. **L'état en action**. Paris: PUF, 1987.
- LATOURET, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.
- MCMICHAEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Nova Scotia: Fernwood, 2013.



RADAELLI, C. M. Récit (policy narrative). *In*: BOUSSAGUET, L; JACQUOT, S; RAVINET, P (ed). **Dictionnaire de politiques publiques**. 2. ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2006. p. 366-372.

ROE, E. M. **Narrative Policy Analysis: Theory and Practice**. Durham/London: Duke University Press, 1994.

SCHMIDT, V. A; RADAELLI, C. M. Policy change and discourse in Europe: conceptual and methodological issues. **West european politics**, London, v. 27, n. 2, p. 183-210, 2004.

SOUSA, D. N. *et al.* A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 495-514, 2014.



2. Cooperativismo, povos de terreiro e desenvolvimento sustentável em Sergipe

Objetivos

Essa pesquisa, norteadada no conceito de etnodesenvolvimento, parte da seguinte questão: Quais ações de inclusão produtiva e econômica são e podem ser realizadas por Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro, enquanto estratégias de desenvolvimento social autônomo, a partir do patrimônio histórico-cultural existente nessas populações no Estado de Sergipe?

Objetiva-se de forma geral estudar as experiências e as potencialidades dos povos de terreiro para desenvolverem cooperativismo etnodesenvolvimentista em Sergipe.

Aparato teórico

Destacando a relevância das práticas históricas especificamente em comunidades indígenas, Guillermo Batalla (1995) fornece um dos conceitos de etnodesenvolvimento mais amplamente utilizados nos estudos sobre o tema, que é o de exercício da capacidade social de um povo “para construir su futuro, aprovechando para ello las enseñanzas de su experiencia histórica y los recursos reales y potenciales de su cultura, de acuerdo com un proyecto que se defina según sus próprios valores y aspiraciones” (p.467).

Outro precursor no tema, Rodolfo Stavenhagen (1985) aborda-o criticamente em contraposição aos conceitos de etnocídio e etnocracia.

Para Stavenhagen (1985) as teorias tradicionais do desenvolvimento falharam, sobretudo as teorias da dependência, e por isso o terceiro mundo passou a buscar estratégias alternativas de desenvolvimento a partir do envolvimento de alguns governos, movimentos sociais, planejadores e pesquisadores. Para ele essas estratégias possuem algumas características básicas: 1) são voltadas para atender inicialmente a necessidades básicas da população, mais do que o crescimento econômico por si mesmo; 2) o desenvolvimento alternativo tem uma visão endógena, ou seja, voltada para dentro, e não uma visão voltada para exportação ou importação; 3) busca aproveitar as tradições culturais existentes; 4) protege o meio ambiente; 5) baseia-se nos recursos locais, sejam naturais, técnicos ou humanos – auto-sustentação; e 6) pretende ser mais participante em todos os níveis do processo de desenvolvimento.

A questão étnica para Stavenhagen (1985) é a maior questão social do mundo contemporâneo. Considerando que apesar de não parecer um tema novo, que inclusive fez emergir duas guerras mundiais e tantos outros conflitos locais e regionais, o autor destaca que, com exceção dos estudos das relações raciais estadunidenses e do Reino Unido e da antropologia cultural, a teoria econômica, social e política, e em especial a teoria do desenvolvimento “praticamente ignorou a questão étnica e ainda não foi capaz de integrá-la coerentemente em seus quadros analíticos.” (p.24). Na sua obra o autor, então, apresenta alguns exemplos do que aponta.



Assim, como afirma o autor, é impossível negar que nos últimos anos a etnicidade, como um tema complexo e muitas vezes explosivo, emergiu como uma força mobilizadora em todo o mundo, relacionando-se com questões cruciais da guerra e da paz, da harmonia social e da luta civil, da estabilidade política e do conflito, dos direitos humanos. (STAVENHAGEN, 1985. p.37). Por isso, essa pesquisa objetiva se debruçar sobre essas relações entre etnicidade e desenvolvimento, com foco nos povos tradicionais de matriz africana, para compreender esse cenário e contribuir para a reflexão sobre ele.

Metodologia da pesquisa

Será utilizada a abordagem sistêmica, apropriada para estudos que visam a analisar a dinâmica da cadeia produtiva de um produto, além de identificar os pontos de estrangulamento que possam influenciar seu funcionamento (FIGUEIREDO JÚNIOR, 2006, p.25, apud CUSTÓDIO, 2005). Com isso, pretende-se analisar os macrosseguimentos das cadeias e suas interrelações.

Esta será uma pesquisa qualitativa, diante da profundidade e subjetividades envolvidas na investigação, além do que esse tipo de abordagem enfatiza processos e significados não rigorosamente examinados ou medidos em termos de quantidade, soma, intensidade ou frequência (NEVES, 1996).

Assim, a investigação poderá fornecer, com detalhes, as principais fortalezas e debilidades que envolvem as organizações formadoras dos diferentes macrosseguimentos das cadeias produtivas etnodesenvolvimentistas protagonizadas por povos de terreiro na Grande Aracaju e no Vale do Cotinguiba.

Para melhor compreensão dos resultados serão empregadas análises tabulares, descritivas e ilustrações gráficas de informações sobre o estudo.

Além das informações sobre as cadeias produtivas etnodesenvolvimentistas dos povos de terreiro, faz-se necessário conhecer melhor os empreendedores e a suas comunidades tradicionais de terreiro, para que a política pública também atenda às suas necessidades. Com este estudo, ao se caracterizar o perfil socioeconômico dos empreendedores de povos de terreiro da Grande Aracaju e do Vale do Cotinguiba, espera-se contribuir para a correta estruturação de políticas públicas que envolvam esse tipo de profissional e os recursos que captam.

Para obtenção das informações serão realizadas entrevistas, constituídas por questões fechadas (com alternativas) e abertas (MINAYO, 2004) com a finalidade de possibilitar análises quantitativas (questões fechadas) e também de permitir ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, sem condições prefixadas pelo pesquisador (questões abertas), sendo que o questionário será baseado em trabalhos anteriores com empreendedores de terreiro porventura existentes em Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Maranhão. Serão abordadas questões relacionadas a aspectos socioeconômicos do empreendedor, à atividade econômica e ao gerenciamento do recurso, tais como: condições de habitação e transporte, idade e envolvimento familiar na atividade econômica, experiência na área, local de origem, escolaridade, renda familiar e profissão paralela, entre outras.



Conclusões

Os resultados iniciais apontam que um grupo recente de normas de tendência pós-colonial estabelece garantias para povos e comunidades tradicionais, tais como o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Estatuto da Igualdade Racial.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) foi instituída, em 2007, por meio do Decreto n.º 6.040. A Política é uma ação do Governo Federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da PNPCT ocorrem de forma intersetorial e integrada. Desta forma, compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação desta Política. A comissão é composta por quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e quinze representantes de organizações não-governamentais e é presidida pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão representantes dos povos faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do araguaia e comunidades de fundo de pasto. O MDS desenvolve pesquisa voltada para o reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais de terreiro no Brasil. São parceiros nesse projeto a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Associação Filmes de Quintal. O objetivo da realização desse inventário é o mapeamento e o levantamento de informações socioeconômicas, com foco em questões de segurança alimentar dessas comunidades. (IPEA, 2012).

O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado em 20 de julho de 2010, na forma da Lei n.º 12.288, para entrar em vigor 90 dias depois de sua publicação. Marcado por dez anos de tramitação no Congresso Nacional, a norma ingressa no mundo jurídico bastante diferente da proposta original. (IPEA, 2012).

Experiências se destacam, como a Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU - criada no ano 2000 sob os objetivos de dar visibilidade à história, resgatar as tradições, promover e incentivar ações culturais e de luta por direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais Afrodescendentes, atualmente, está composta por mais de 3.800 Povos de Terreiro de diversas etnias e 48 Comunidades Quilombolas do Estado da Bahia, além de Comunidades Extrativistas e de Pescadores Artesanais, Grupos Culturais de Capoeira Angola e Sambas de Roda, presentes em 17 Estados do Brasil, organizados em Coordenações da seguinte forma: Região Nordeste: Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí; Região Norte: Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia; Região Centro Oeste: Brasília – DF, Goiás; Região Sudeste: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo; Região Sul: Rio Grande do Sul (ACBANTU, 2018).



Estruturada em Diretoria, Conselho Fiscal e Departamentos específicos que tratam de temas como Patrimônio Imaterial, Mulheres, Agricultura Familiar, Capoeira, Congada, Quilombo, Pesquisa, Africanos Bantu, Juventude, Meio Ambiente, Saúde, Idoso, Etnodesenvolvimento, Crianças e Educação Popular, Samba de Roda, Comunicação, Segurança Alimentar e Nutricional, Teatro e Dança e Pescadores Artesanais, a Associação tem mobilizado Povos de Terreiro no Brasil e levado demandas às diversas esferas do governo e da sociedade, num movimento histórico que visa mostrar a importância e o significado da Ancestralidade, Cultura, Filosofia, Ciência negras e a sua vivência com a Natureza e o Respeito à Diversidade. (ACBANTU, 2018).

Suas principais atividades envolvem a distribuição de alimentos, produção coletiva de alimentos agroecológicos, participação da Missão Brasil – África e Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, a Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu.

É assim que ações de inclusão produtiva e econômica são realizadas com Povos e Comunidades Tradicionais Indígenas, de Terreiros, Ciganos, Quilombolas, Extrativistas, Pescadores Artesanais, Marisqueiras e Comunidades Negras Rurais, envolvendo os agricultores familiares, artesãos, artistas e culinharistas no sentido de construir uma estratégia desenvolvimento social a partir do patrimônio cultural existente.

Outro destaque é o Portal Ypadê, uma iniciativa da CNPCT, composta por membros da sociedade civil (representantes de povos e comunidades tradicionais) e governo, que tem como objetivos: Apresentar os povos e comunidades tradicionais do Brasil; Ser suporte para a identificação, cadastro e divulgação de informações sobre as organizações que lutam pelos direitos desses povos e comunidades; Dar transparência aos trabalhos realizados pela CNPCT, instância de participação social que acompanha a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Presidencial no 6.040/2007); e Ser um espaço de articulação e de diálogo entre os povos e comunidades tradicionais e outros segmentos da sociedade, como o Poder Público. A palavra Ypadê tem sua origem no contexto das religiões de matriz africana e tem o significado de encontro, reunião, fazer um trabalho em conjunto, mutirão, pessoas reunidas para celebrar, trabalhar, decidir. (YPADÊ, 2018).

No Maranhão, com o objetivo de promover saúde apoiando a cultura dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, o Governo do Estado, por meio das Secretarias de Igualdade Racial e da Saúde realiza o Projeto Minha Folha, Minha Cura, que está inserido no bojo de ações do Plano de desenvolvimento sustentável para povos e comunidades de matriz africana e busca aproveitar os conhecimentos sobre a medicina tradicional e uso de plantas medicinais e rituais pelas famílias em suas comunidades tradicionais e visa a criação de um processo produtivo com base no cultivo e beneficiamento de plantas utilizadas tradicionalmente por comunidades de matriz africana no Maranhão.

No Estado do Rio de Janeiro, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) selecionaram 24 empreendimentos para participar da Feira dos Povos e da Biodiversidade do Brasil durante as Olimpíadas Rio 2016. O objetivo foi promover o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais e divulgar os



produtos da sociobiodiversidade brasileira aos visitantes dos espaços Casa Brasil, no Pier Mauá, e do Jardim Botânico, durante os jogos olímpicos, realizados na cidade do Rio de Janeiro.

Mas, há outras experiências que necessitam ser identificadas e estudadas para reconhecimento das suas potencialidades e possibilidades futuras, sob essas é que o projeto seguirá se debruçando.

Referências

- Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, ACBANTU - <http://www.acbantu.org.br/produtos-feiras/>
- BATALLA, Guillermo Bonfil. El Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas, y de organización. In: BONFIL, Guilherme. OBRAS escogidas de Guillermo Bonfil. Mexico: Obra Publicada, 1995. Tomo 2. p. 467.
- FIGUEIREDO JÚNIOR, Carlos Alberto. **A cadeia produtiva do camarão cultivado no Estado do Ceará – uma análise crítica**. Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Economia Rural. Universidade Federal do Ceará. Orientação: Ahmad Saeed Khan. Fortaleza: UFC, 2006, 104 p.
- GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; MARANHÃO. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima). **Plano de Desenvolvimento da Carcinicultura do Maranhão**. São Luís: Segrima, 2014, 144p.
- MINAYO, M.C.S. 2004 **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec. 269p.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Tradução Lais Motjrao Revisão Alcida Rita Ramos. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, n. 84, p. 11-44, 1985.
- YPADÊ. **Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT** Disponível em: <<http://portalypade.mma.gov.br/>> Acesso em: 20 mai. 2018.



3. Redução da Desigualdade de Renda de Cooperados no Meio Rural Brasileiro

Introdução e Objetivos

O Brasil elevou a produção agrícola nas últimas décadas e se envolveu em uma participação mais forte no mercado global de alimentos. Apesar do aumento da produção, as populações rurais continuam a lidar com a alta desigualdade de renda. A produção agrícola comercial permanece concentrada em grandes propriedades, com aproximadamente 85% da renda bruta agrícola sendo gerada por 11,4% das fazendas brasileiras (ALVES *et al.*, 2013).

A comercialização de produtos agrícolas pode aumentar a renda e contribuir significativamente para melhorar a segurança alimentar, a redução da pobreza e o desenvolvimento agrícola (Fafchamps, 2005; Carletto *et al.* 2017). Entretanto, pequenos produtores enfrentam desafios ao escolher o melhor destino para a produção devido a falhas de mercado que podem levá-los a não acessar os melhores canais de comercialização e arranjos contratuais, deixando de aumentar seus ganhos (Jayne *et al.*, 2006). As cooperativas no meio rural surgem como alternativa.

Neste artigo, estimou-se o efeito de comercializar via cooperativas na renda domiciliar, bem como em sua distribuição, entre aqueles cooperados, nas áreas rurais do Brasil.

Metodologia da Pesquisa

A abordagem utilizada nesse trabalho envolveu a utilização de dois métodos: a Regressão Quantílica Não-Condiciona e a Decomposição dos Diferenciais de Renda.

Visando identificar a influência (não a causalidade) em se comercializar a produção via cooperativas nos diferentes quantis da renda rural (e, conseqüentemente, na desigualdade de renda), foi empregada a abordagem de regressão quantílica não-condicional, proposta por Firpo *et al.* (2009) e o conceito de Função de Influência Recentrada (RIF). A função de influência² facilita a identificação do efeito relativo (influência) de uma observação individual na estatística de interesse que, neste artigo, é o quantil.

A equação (1) foi utilizada nesta primeira etapa, de estimação da Regressão Quantílica Não-Condiciona:]

$$v(F_y) = E_x \left[E[RIF(y; v, F_y)] \right] = E[X] \cdot \beta \quad (1)$$

em que y representa a renda domiciliar mensal; $RIF(y; v, F_y)$ representa a regressão de influência recentrada, considerando a estatística de interesse v (que, nessa pesquisa, são os quantis); X é o vetor de variáveis explicativas descritas anteriormente; e β são os coeficientes de interesse, que capturam o efeito da mudança da distribuição de uma variável no quantil não-condicional de y ou o efeito parcial do quantil não condicional (Firpo *et al.*, 2009). Estes

² O método da função de influência fornece uma aproximação linear para uma função não linear de uma distribuição estatística de interesse, como quantis, variância ou outros, permitindo assim uma estimativa do efeito de uma ou mais covariáveis na distribuição da estatística de interesse (Chi; Li, 2008).



coeficientes podem ser estimados por mínimos quadrados ordinários (MQO) o qualquer outro estimador linear.

A segunda etapa consiste em identificar quais características dos produtores agropecuários contribuem para a existência do diferencial de renda entre quem comercializa com cooperativas e quem não o faz. Esta etapa, que envolve a Decomposição dos Diferenciais de Renda (RIF) (Firpo *et al.*, 2007) é válida quando se confirma um efeito significativo da comercialização com cooperativas na distribuição de renda. Trata-se de uma adaptação da abordagem de decomposição *Oaxaca-Blinder*³, que permite expandir a decomposição para outras estatísticas de interesse, como quantis, variância e coeficiente de Gini.

Consideram-se dois grupos de domicílios: *A* (produtores rurais que comercializaram com cooperativas) e *B* (produtores rurais que comercializaram em outros canais); uma variável de *y* (logaritmo da renda domiciliar); e um grupo de covariadas que representa as características dos indivíduos. A decomposição visa identificar diferenças na distribuição da renda dos dois grupos, baseada em outras estatísticas da distribuição, que não a média. Seja a equação (2):

$$\Delta^v = v(F_{yA}) - v(F_{yB}) \quad (2)$$

em que $v(F_{yt})$ representa a estatística da distribuição da renda (quantis, neste trabalho), para os dois grupos $t = A, B$. O termo Δ^v é dividido em dois componentes: diferença nas características individuais observadas (*efeito composição*); e diferenças nos coeficientes entre os grupos (*efeito retorno*). Para que se implemente esta decomposição, uma distribuição contrafactual (F_{yc}) deve ser previamente obtida, juntamente com sua estatística de interesse $v(F_{yc})$ como em (1). Deste modo é possível simular uma distribuição de renda com características do grupo A e os retornos (coeficientes) das características do grupo B. Pode-se inserir F_{yc} em (2) para obter:

$$\begin{aligned} \Delta^v &= [v(F_{yB}) - v(F_{yc})] + [v(F_{yc}) - v(F_{yA})] \\ \Delta^v &= \Delta_R^v + \Delta_X^v \end{aligned} \quad (3)$$

em que o diferencial de renda total é decomposto em dois termos: Δ_R^v , que representa a porção do diferencial resultante das diferenças nos retornos (coeficientes) das características dos indivíduos (*efeito retorno*); e Δ_X^v , que representa a porção do diferencial associada às diferenças na distribuição das características dos indivíduos (*efeito composição*).

Para a estimação dos modelos, foram usados os comandos *rifreg* e *oaxacaδ* no Stata 14[®].

Foram usados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2014, providos por IBGE (2019). Para o ano de 2014, houve um questionário especial, que envolveu perguntas relacionadas ao acesso a crédito e assistência no meio rural. Na PNAD, a comercialização da produção agropecuária⁴ é categorizada em: *i*) Empresa; *ii*) Cooperativa; *iii*)

³ Para mais detalhes, *cf.* Jann (2008).

⁴ A pergunta da PNAD que dá origem à variável de interesse dessa pesquisa é a seguinte: “Comprador que adquiriu a totalidade, ou a maior parte, da produção principal do empreendimento que foi vendida no período de referência de 365 dias.”



Governo; *iv*) Proprietário do bem utilizado para o empreendimento; *v*) Intermediário particular; *iv*) Consumidor direto e; *vii*) Outro comprador. Neste trabalho, foi construída uma variável *dummy* com valor 1 quando escolhida a opção “Cooperativa”. Esta é a *proxy* usada para definir se a propriedade rural comercializou com cooperativas.

Resultados

Sugere-se um efeito positivo caso se comercialize com as cooperativas, excetuando aqueles produtores que estão no quantil de renda q75, cuja significância do efeito não foi significativa. Este efeito na renda se torna maior nos maiores quantis de renda. Por exemplo, nos dois quantis inferiores, (q10 e q25), a renda domiciliar de quem comercializa com cooperativas está ligada a rendas 5,9% (ou R\$ 29,92 em média) e 11,1% (ou R\$ 97,90 em média) maiores do que os que não comercializam via cooperativas. Já o efeito na mediana (q50) é 17,9% maior (R\$ 303,94 em média), e fica mais elevado no q90 (R\$ 988,93).

Estes resultados demonstram que a comercialização via cooperativas pode estar relacionada a efeitos positivos na renda domiciliar, ao longo de todos os quantis considerados. Ainda, pode-se verificar como as outras variáveis consideradas neste estudo afetam os quantis do logaritmo da renda domiciliar mensal no meio rural, entre aqueles que comercializam sua produção. O crédito rural teve efeito positivo e crescente com relação aos quantis de renda, exceto para o q90, onde não foi significativo. Ou seja, apesar de elevar a renda no meio rural, acesso a crédito rural eleva sua desigual distribuição. Exceto para o Pronaf, este também foi o achado de Neves *et al.* (2018), bem como Vega (1987), Bacha, Danelon e Belson (2005) e Araújo (2011), que encontraram evidências de que os grandes agricultores estariam obtendo maior benefício com acesso ao crédito do que os pequenos agricultores.

Outra política pública associada à produção agrícola também observada, a extensão rural busca gerar melhorias na produção e renda agrícola, ajudando os agricultores a acessar novas tecnologias e conhecimentos. Essa política é tradicionalmente associada ao cooperativismo no Brasil (CECHIN, 2014). Os resultados sugerem que o acesso à extensão rural também gera maior renda em todos os quantis da distribuição. Ao longo dos maiores quantis da distribuição de renda, q75 e q90, os agricultores que tiveram acesso à extensão rural obtiveram uma renda 37% e 49% maior, respectivamente, que os demais que não tiveram acesso ao serviço.

Variáveis como sexo e raça, quando significativos, não demonstram grande variações entre os quantis de renda, apesar de homens no q90 possuírem renda maior do que mulheres. A experiência dos agricultores, representada aqui pelas classes de idade, possui grande efeito para a última classe (Idade > 65 anos), concentrada na mediana (q50).

A escolaridade, independente de sua classe, possui efeito sempre positivo ao longo dos quantis, quando se compara àqueles que não sabem ler nem escrever. Oliveira e Silveira Neto (2015), Costa *et al.* (2016) e Reis *et al.* (2017) também identificaram efeitos positivos dos investimentos em capital humano sobre a renda. Excetuando aqueles que estão no q90 e possuem ensino superior completo, nota-se um efeito maior de outras classes de escolaridade nos quantis iniciais, o que demonstra um potencial de redutor de desigualdade de renda do investimento em capital humano no campo.



Ser proprietário da terra e habitar nas áreas urbanas levam a uma renda domiciliar maior. Os proprietários de fazendas têm maior incentivo para investir em inovações e tecnologias de longo prazo que contribuam para o aumento da renda rural. Já viver em áreas urbanas pode levar a um maior acesso a informações sobre entrada no mercado, instituições bancárias e outros serviços.

Por fim, os resultados sugerem que quanto maior a propriedade, maior a renda e que as famílias nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste estão em situação melhor em comparação às famílias das regiões Norte e, principalmente, Nordeste (base).

Os domicílios rurais que optaram pela comercialização via cooperativas obtiveram ganhos de renda em todas as estimações feitas, uma para cada quantil, quando comparados aos que não venderam para as cooperativas. Percebe-se, ainda, que o efeito do cooperativismo é maior entre os menores quantis (q10 e q20). Este resultado é importante, pois indica um potencial efeito de redução de desigualdade de renda no meio rural, visto que, quanto maior o quantil de renda, menor o efeito do cooperativismo no diferencial de renda entre quem é cooperado e quem não vende às cooperativas. Em outras palavras, indica-se uma boa contribuição para os pequenos e mais pobres produtores, visto que há redução mais intensa do diferencial de rendimentos entre cooperados e não cooperados para os menores quantis

Conclusões

Mesmo apresentando um efeito maior para os maiores quantis de renda, como demonstra a Regressão Quantílica Não-condicional, a diferença de renda entre os que comercializam com cooperativas e os que comercializam por outros canais diminui com o aumento dos quantis de renda, como se percebe pela Decomposição do Diferencial de Renda. Assim, sugere-se que o cooperativismo desponta como relevante canal de comercialização para elevar a renda dos pequenos produtores.

Além disso, importantes disparidade regionais foram verificadas. Assim, é possível que nas regiões Nordeste e Norte o cooperativismo não seja a forma organizacional mais adequada ao contexto de desenvolvimento dos movimentos coletivos. Nestes locais, os grupos informais, as associações, os sindicatos rurais e outros tipos de empreendimentos associativos podem ser os mais indicados, gerando resultados positivos pela congregação dos produtores rurais. Os resultados ainda salientam que características como maior escolaridade e acesso a serviços de extensão rural são potencializadas quando o produtor reside no Sul e Sudeste do país. Infraestrutura deficiente e distância do mercado consumidor no Norte e Nordeste podem estar relacionados a este achado.

Referências

- Alves, E., Souza, G. D. S., & Rocha, D. D. P. (2013). Desigualdade nos campos na ótica do Censo Agropecuário 2006. *Revista de Política Agrícola*, 22(2), 67-75.
- Carletto, C., Corral, P., & Guelfi, A. (2017). Agricultural commercialization and nutrition revisited: Empirical evidence from three African countries. *Food Policy*, 67, 106-118.
- Fafchamps, M. (2003). *Market institutions in sub-Saharan Africa: Theory and evidence*. MIT press.



- Jayne, T. S., Zulu, B., & Nijhoff, J. J. (2006). Stabilizing food markets in eastern and southern Africa. *Food Policy*, 31(4), 328-341.
- Firpo, S. (2007). Efficient semiparametric estimation of quantile treatment effects. *Econometrica*, 75(1), 259-276.
- Firpo, S., Fortin, N. M., & Lemieux, T. (2009). Unconditional quantile regressions. *Econometrica*, 77(3), 953-973.
- Chi, W., & Li, B. (2008). Glass ceiling or sticky floor? Examining the gender earnings differential across the earnings distribution in urban China, 1987–2004. *Journal of Comparative Economics*, 36(2), 243-263.
- Jann, B. (2008). A Stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition. *Stata journal*, 8(4), 453-479.
- IBGE. (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Available from: <<http://www.ibge.gov.br/>> Accessed on Apr 21, 2019.
- Vega, C. (1987). Comportamiento de los acreedores agropecuarios al racionar el credito: la lei de hierro de las restricciones a las tasas de interes. In: ADAMS, Dale W. et al. (Ed.). *Crédito agrícola y desarrollo rural: la nueva visión*. Columbus, OH: The Ohio State University.
- Neves, M. C. R., Freitas, C. O., Silva, F. F., Costa, D. R. M. & Braga, M. J. (2018). Rural Credit and Income Differential in Brazil: an Unconditional Quantile Regression approach. In *Proceedings of the 46th Brazilian Economics Meeting, Dec 11-14, 2018, Rio de Janeiro, Brasil*. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Post-Graduate Programs in Economics].
- Bacha, C. J. C., Danelon, L., & Bel Filho, E. D. (2005). Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil: período de 1985 a 2003. *Teoria e Evidência Econômica*, 14(26), 43-69.
- Araújo, P. F. C. (2011). *Política de crédito rural: Reflexões sobre a experiência brasileira* (No. 1555). Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Cechin, A. (2014). Cooperativas brasileiras nos mercados agroalimentares contemporâneos. p. 479-508. In Buainain, A. M., Alves, E., da Silveira, J. M., & Navarro, Z. (2014). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- Oliveira, R. C., & Silveira Neto, R. D. M. (2015). Afinal, Quão Importantes são as Desigualdades de Escolaridade para Explicar as Disparidades Regionais de Renda no Brasil?. In *Proceedings of the 43th Brazilian Economics Meeting, Dec 8-11, 2015, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil*. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].
- Costa, R. A., Costa, E. M., & Mariano, F. Z. (2016). Diferenciais de rendimentos nas áreas rurais do Brasil. *Revista de Política Agrícola*, 25(4), 112-135.
- Reis, C. V. S., Moreira, T. B. S., & Cunha, G. H. M. (2017). O efeito marginal do capital humano na agricultura familiar. *Revista Espacios*, 38(23).